

Ventos de São
Galvão Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 30 de abril de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 04 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.818.618	9.477.867
Contas a receber de clientes	6	3.521.260	3.104.016
Impostos a recuperar		11.651	11.651
Despesas antecipadas	7	104.701	112.020
Adiantamento a fornecedor		82.950	64.626
Partes relacionadas – outros créditos	15	<u>1.104.777</u>	<u>302.725</u>
Total do ativo circulante		27.643.957	13.072.905
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	4.451.904	4.320.460
Despesas antecipadas	7	101.612	860.579
Imobilizado e ativo direito de uso	8	<u>195.288.582</u>	<u>204.100.840</u>
Total do ativo não circulante		199.842.098	209.281.879
Total do ativo		<u>227.486.055</u>	<u>222.354.784</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		55	29.037
Dividendos a pagar		3.267.377	-
Empréstimos e financiamentos	9	14.345.020	10.833.707
Partes relacionadas - fornecedores	15	42.886	372.985
Obrigações fiscais		872.049	626.186
Outras contas a pagar		<u>1.186.001</u>	<u>840.601</u>
Total do passivo circulante		19.713.388	12.702.516
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	<u>140.426.264</u>	<u>152.795.868</u>
Total do passivo não circulante		140.426.264	152.795.868
Total do passivo		160.139.652	165.498.384
Patrimônio líquido			
Capital social	10	53.000.000	53.000.000
Reserva legal		687.869	-
Reserva de lucros a distribuir		13.658.534	-
Lucros acumulados		<u>-</u>	<u>3.856.400</u>
Total do patrimônio líquido		67.346.403	56.856.400
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>227.486.055</u>	<u>222.354.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	11	57.511.722	24.508.123
Custos operacionais	12	<u>(17.922.859)</u>	<u>(305.529)</u>
Lucro Bruto		39.588.863	24.202.594
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(764.249)	(9.823.404)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(2.359)</u>	<u>80</u>
		(766.608)	(9.823.324)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>38.822.255</u>	<u>14.379.270</u>
Receitas financeiras	14	742.061	373.004
Despesas financeiras	14	<u>(23.740.179)</u>	<u>(5.379.339)</u>
Resultado financeiro		(22.998.118)	(5.006.335)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		<u>15.824.137</u>	<u>9.372.935</u>
Provisão para IRPJ e CSLL	17	<u>(2.066.757)</u>	<u>(998.574)</u>
Lucro do exercício		<u>13.757.380</u>	<u>8.374.361</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	13.757.380	8.374.361
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>13.757.380</u>	<u>8.374.361</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.858.910	(10.171.748)	-	-	(4.526.654)	31.160.508
Capital subscrito (Nota 10)	66.700.720	(66.700.720)	-	-	-	-
Capital integralizado (Nota 10)	(59.559.630)	76.872.468	-	-	-	17.312.838
Ajuste do exercício anterior (Nota 10)	-	-	-	-	8.693	8.693
Lucro do exercício	-	-	-	-	8.374.361	8.374.361
Saldos em 31 de dezembro de 2020	53.000.000	-	-	-	3.856.400	56.856.400
Lucro do exercício	-	-	-	-	13.757.380	13.757.380
Destinação do lucro (nota 10)						
Reserva legal	-	-	687.869	-	(687.869)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.267.377)	(3.267.377)
Reservas de lucros a distribuir	-	-	-	13.658.534	(13.658.534)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.000.000	-	687.869	13.658.534	-	67.346.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	13.757.380	8.374.361
Depreciação e amortização	8.789.511	5.322.137
Resultado da baixa de imobilizado	(22.747)	6.370
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20.443.382	5.551.268
Juros sobre arrendamento mercantil	-	97
(Acréscimo) decréscimo de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(410.793)	(3.104.016)
Tributos a recuperar	-	8.732
Despesas antecipadas	766.286	1.319.170
Adiantamento a fornecedor	26.359	100
Fornecedores	14.102	(1.504.751)
Obrigações trabalhistas	(21.295)	-
Obrigações fiscais	267.161	552.382
Outras contas a pagar	(836.289)	840.601
Juros pagos	(20.402.905)	(6.096.332)
Partes relacionadas	-	(111.102)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	22.370.152	11.159.017
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(131.443)	(3.444.614)
Venda imobilizado	810	-
Aquisição de imobilizado	(91.668)	(164.481.619)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(222.301)	(167.926.233)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	17.312.838
Captações de empréstimos e financiamentos	-	130.010.876
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(8.807.100)	-
Capitalização de imobilizado	-	-
Obrigações com arrendamento	-	(6.256)
Caixa líquido (aplicado nas) originado das atividades de financiamento	(8.807.100)	147.317.458
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	13.340.751	(9.449.758)
No início do exercício	9.477.867	18.927.625
No fim do exercício	22.818.618	9.477.867
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	13.340.751	(9.449.758)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800 , sala 215 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 03 de julho de 2015.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de acordo com a portaria nº 517, de 27 de dezembro de 2018 do Ministério de Minas e Energia (MME). O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 50,4 MW, conforme despacho nº 1.474 de 06 de junho de 2019. De acordo com o despacho nº 1.581, de 02 de junho de 2020 iniciou operação comercial em 03 de junho de 2020 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de São Januário 21, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (Coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas. Também não houve impacto no cronograma de implantação.

A Companhia adotou rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de 370.389. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de 7.930.569, sendo esse resultante do crescimento inicial das operações projetado pela Administração.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 04 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia considerando o regime de tributação atual. Na data-base das demonstrações contábeis, a Companhia não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos os valores não são conhecidos.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 9, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	22.157.394	Varição do CDI	22.157.394	21.190.671	22.197.326
Efeito no resultado			602.296	635.573	642.228
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	4.451.903	Rendimentos em FI	4.451.903	4.469.103	4.472.543
Efeito no resultado			138.154	155.354	158.794
Saldo de empréstimos e financiamentos	(154.771.284)	IPCA	(154.771.284)	(157.342.039)	(157.856.190)
Efeito no resultado			(20.443.382)	(23.014.137)	(23.528.288)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	661.224	48.315
Aplicações financeiras	<u>22.157.394</u>	<u>9.429.552</u>
Total	<u>22.818.618</u>	<u>9.477.867</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas nos Bancos ABC Brasil e BTG Pactual. e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 80% à 105% do CDI em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro 2020 e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	<u>4.451.904</u>	<u>4.320.460</u>
Total ativo não circulante	<u>4.451.904</u>	<u>4.320.460</u>

As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de novembro de 2018, onde as liberações foram realizadas a partir de outubro de 2019. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 9,96% no ano de 2021 e 5,96% no ano de 2020.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos CCEE (a)	-	408
Focus Energia Ltda	232.946	-
Tempo Energia S.A (c)	-	178.560
Vale Energia S.A. (b)	<u>3.288.314</u>	<u>2.925.048</u>
	<u>3.521.260</u>	<u>3.104.016</u>

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.
- (b) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia incentivada no ambiente de contratação livre – ACL com a Vale S.A.
- (c) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia incentivada no ambiente de contratação livre – ACL com a Tempo Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021.

7 Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de empréstimos (a)	42.826	447.911
Prêmios de seguro a apropriar	<u>163.487</u>	<u>524.688</u>
	<u>206.313</u>	<u>972.599</u>
Ativo circulante	104.701	112.020
Ativo não circulante	101.612	860.579

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

8 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Torres anemométricas	10%	671.673	(204.766)	466.907	534.947
	1,85% a				
Máquinas e equipamentos	16,67%	206.416.390	(13.870.185)	192.546.205	201.209.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33% a 4%	1.496.535	(100.492)	1.396.043	1.450.869
Móveis e utensílios	6,25%	61.775	(7.080)	54.695	58.558
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	846.669
Imobilizado em andamento	-	<u>824.732</u>	<u>-</u>	<u>824.732</u>	<u>-</u>
Total		<u>209.471.105</u>	<u>(14.182.523)</u>	<u>195.288.582</u>	<u>204.100.840</u>

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2021
Torres anemométricas (i)	534.947	-	-	(810)	(67.230)	466.907
Máquinas e equipamentos	201.209.797	-	-	-	(8.663.592)	192.546.205
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.450.869	-	-	-	(54.826)	1.396.043
Móveis e utensílios	58.558	-	-	-	(3.863)	54.695
Adiantamento a fornecedores	846.669	-	(824.732)	(21.937)	-	-
Imobilizado em andamento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>824.732</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>824.732</u>
Total	<u>204.100.840</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.747)</u>	<u>(8.789.511)</u>	<u>195.288.582</u>

	31/12/2019	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	603.715	-	-	(6.370)	(62.398)	534.947
Máquinas e equipamentos	-	-	206.416.390	-	(5.206.593)	201.209.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	1.496.535	-	(45.666)	1.450.869
Móveis e utensílios	-	-	61.775	-	(3.217)	58.558
Benfeitorias imóveis de terceiros	81.252	-	(82.921)	-	1.669	-
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-	-
Custos de empréstimos	14.623	811.212	(825.835)	-	-	-
Licenciamento ambiental	1.428.645	774.006	(2.202.651)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	16.878.331	149.920.345	(165.952.007)	-	-	846.669
Imobilizado em andamento (ii)	24.634.279	14.263.759	(38.898.038)	-	-	-
Ativo de direito de uso de bens arrendados	5.932	-	-	-	(5.932)	-
Total	43.660.025	165.769.322	-	(6.370)	(5.322.137)	204.100.840

- (i) Refere-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso.
- (ii) Refere-se as aquisições de equipamentos, instalações e obras civis para implantação do parque eólico.

9 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de novembro de 2018, a Companhia formalizou contrato de financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor de R\$ 183.435.636, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 2,2731% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 241 meses com carência de 29 meses. Os *covenants* do contrato firmado são cláusulas não financeiras, usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de cartas de fiança bancária contratadas junto a bancos comerciais que poderão ser liberadas mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento. A Companhia cumpriu os *covenants* no exercício.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	<u>154.771.284</u>	<u>163.629.575</u>
Total		<u>154.771.284</u>	<u>163.629.575</u>

b. Movimentação da conta

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 1º de janeiro	<u>163.629.575</u>	<u>32.876.060</u>
Captações de empréstimos e financiamentos	-	133.800.000
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(8.807.100)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20.443.382	5.551.268
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(20.402.905)	(6.096.332)
Custo de captação	-	(3.789.124)
Capitalização de imobilizado	(91.668)	1.287.703
Saldos em 31 de dezembro (a)	<u>154.771.284</u>	<u>163.629.575</u>

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	14.345.020	10.833.707
Não circulante	140.426.264	152.795.868

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2021	
	Valor	%
	-	-
2023	4.112.555	3%
2024	5.072.122	4%
2025	5.766.994	4%
2026	6.481.534	4%
2027	6.519.877	5%
2028	6.498.193	4%
2029	7.191.762	5%
2030	7.925.892	5%
2031	8.725.376	6%
2032	9.547.718	7%
2033	10.494.532	7%
2034	11.325.951	8%
2035	12.374.324	9%
2036	13.486.459	9%
2037	14.675.629	10%
2038	14.431.150	10%
Total	144.630.068	100%

O quadro acima não contempla o valor de R\$ 4.203.804 referente ao custo de captação de empréstimo, ativado durante o período pré-operacional da Companhia.

10 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R\$ 53.000.000 (R\$ 53.000.000 em 2020) e está representado por 53.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 53.000.000 (R\$ 53.000.000 em 2020) e está representado por 53.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Ventos de São Galvão Holding S.A.	100,00%	53.000.000	100,00%	53.000.000
Total	100,00%	53.000.000	100,00%	53.000.000

Aumento de capital

No exercício de 2021, não foram realizadas integralizações de capital.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, há a previsão de que, em cada exercício, será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. O valor do dividendo mínimo referente ao exercício de 2021 é

de R\$ 3.267.377. Não houve constituição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2020.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal referente ao exercício de 2021 é de R\$ 687.869.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituído montante de reservas de lucros a distribuir na ordem de R\$ 13.658.534. Não houve constituição em 31 de dezembro de 2020.

11 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – Geração própria	55.093.334	25.413.295
Outras receitas operacionais (a)	4.596.794	-
PIS	(387.935)	(161.195)
Cofins	<u>(1.790.471)</u>	<u>(743.977)</u>
Total	57.511.722	24.508.123

- (a) Refere-se a indenização por indisponibilidade recebida pela Companhia no âmbito do Contrato de Operação e Manutenção de Aerogeradores, sendo os valores recebidos em substituição à receita que a Companhia deixou de auferir com sua atividade principal.

12 Custos operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(474.364)	-
Energia comprada para revenda	(1.665.906)	-
Amortizações e depreciações	(8.722.279)	-
Outros custos	(81)	-
Serviços - Pessoa jurídica	(38.284)	-
Consórcio (a)	(33.377)	-
Gastos operacionais - Geração de energia	(5.617.670)	(305.529)
Seguros	(361.201)	-
Taxa de fiscalização – ANEEL	(233.267)	-
Gastos com propriedades	(660.446)	-
Gastos com manutenção	<u>(115.984)</u>	<u>-</u>
Total	(17.922.859)	(305.529)

- (a) Em 05 de junho de 2019, as Consorciadas firmaram o Regulamento Interno do Consórcio tendo por objeto definir os termos e condições principais para (i) a implantação, operação e manutenção das instalações de conexão e transmissão (as "Instalações Compartilhadas"), bem como o seu custeio pelo Bloco FL F1, pelo Bloco FL F2 e pelo Bloco CVER, por meio do Consórcio e (ii) o acesso e o escoamento para o SIN da energia gerada pelos Projetos FL F1, pelos Projetos FL F2 e pelos Projetos CVER por meio das Instalações Compartilhadas ("Regulamento").

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração efetuou a reclassificação de determinadas despesas que apresentavam-se classificadas no como despesas gerais e administrativas para o grupo de custos operacionais, reclassificação efetuada de acordo com a natureza das respectivas despesas, atendendo ao parágrafo 103 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que

recomenda a apresentação das despesas por função. Os valores correspondentes do exercício anterior não foram reclassificados para fins de comparabilidade.

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com exposição	-	(1.261.921)
Taxas e emolumentos	-	(17.540)
Despesas com pessoal	-	(283.041)
Arrendamento mercantil	-	(234.469)
Viagens e ajuda de custo	-	(10.198)
Indenizações	-	(9.296)
Serviços terceiros	(22.873)	(314.074)
Despesas com informática e telecomunicações	(19.407)	-
Despesas com imóveis	(11.687)	-
Despesas com escritório	(16.170)	-
Despesas com fretes	-	(4.177)
Despesas com veículos	(16.536)	(35.959)
Despesas com seguros	-	(274.440)
Despesas com tributos	(14.802)	-
Despesas com cartório	-	(183.458)
Despesas com relações com mercado	(19.416)	-
Compartilhamento de despesa (a)	(402.761)	(1.118.231)
Amortizações e depreciações	(67.232)	(5.322.137)
Materiais de manutenção	-	(3.553)
Despesa com material de segurança	-	(10.346)
Despesa com combustível	-	(21.186)
Despesa com internet	-	(21.870)
Despesa com energia elétrica	-	(619.241)
Legais, judiciais e publicações	(173.365)	(46.400)
Doações, contribuições e subvenções	-	(844)
Outras despesas operacionais	-	(31.022)
Total	(764.249)	(9.823.404)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração efetuou a reclassificação de determinadas despesas que apresentavam-se classificadas no como despesas gerais e administrativas para o grupo de custos operacionais, reclassificação efetuada de acordo com a natureza das respectivas despesas, atendendo ao parágrafo 103 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que recomenda a apresentação das despesas por função. Os valores correspondentes do exercício anterior não foram reclassificados para fins de comparabilidade.

14 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	740.450	300.241
Outras receitas financeiras	1.568	889
Juros por inadimplência CCEE (a)	43	71.874
	742.061	373.004

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Juros pagos	(3.584)	(232)
Tarifas bancárias	(12.168)	(13.053)
Juros sobre direito de uso	-	(97)
IOF	-	(8.896)
Juros financiamento BNB	(20.443.382)	(5.355.642)
Multas	-	(1.407)
Juros sobre mútuo	-	(12)
Comissão de fiança	(2.967.629)	-
Amortização custo de empréstimo	(313.416)	-
	<u>(23.740.179)</u>	<u>(5.379.339)</u>
Total	<u>(22.998.118)</u>	<u>(5.006.335)</u>

- (a) Refere-se a operação de compra e venda de energia no ambiente livre, em que os recebíveis não liquidados no âmbito da CCEE geram cálculo de juros. A CCEE é responsável pelo monitoramento e cálculo dos juros devidos pelos Agentes.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - Outros créditos (b)	1.104.777
Passivo	
Partes relacionadas - Fornecedores (a) (b)	42.886
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	402.761

Em 31 de dezembro 2020

Ativo	
Partes relacionadas - Outros créditos (b)	302.725
Passivo	
Partes relacionadas - Fornecedores (a) (b)	372.985
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	1.118.231

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui operações referente a despesas compartilhadas em condomínio com a SPE Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de novembro de 2021, os Diretores ora empossados renunciaram ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	22.818.618	22.818.618	9.477.867	9.477.867
Contas a receber de clientes	3.521.260	3.521.260	3.104.016	3.104.016
Aplicações financeiras	4.451.904	4.451.904	4.320.460	4.320.460
Adiantamento a fornecedor	82.950	82.950	64.626	64.626
Partes relacionadas (ativo)	1.104.777	1.104.777	302.725	302.725
Dividendos a pagar	(3.267.377)	(3.267.377)	-	-
Fornecedores	(55)	(55)	(29.037)	(29.037)
Empréstimos e financiamentos	(154.771.284)	(154.771.284)	(163.629.575)	(163.629.575)
Partes relacionadas (passivo)	(42.886)	(42.886)	(372.985)	(372.985)
Outras contas a pagar	(1.185.999)	(1.185.999)	(840.601)	(840.601)
Total	(127.288.092)	(127.288.092)	(147.602.504)	(147.602.504)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS corrente	(2.066.757)	(998.574)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	59.690.128	25.413.295
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro (prejuízo) presumido	4.775.210	2.033.064

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais (a)	646.061	609.424
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(1.355.318)	(660.622)
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	7.162.815	3.049.595
Outras receitas não operacionais (a)	742.061	705.427
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(711.439)	(337.952)

(a) Trata-se de receitas financeiras e ganho decorrente da venda de imobilizado.

18 Eventos subsequentes

Em 14 de fevereiro de 2022 a Vale S.A., manifestou que mantém interesse na Opção de Compra, nos termos da Cláusula 2.2 do “Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças”, celebrado em 12 de dezembro de 2018 e aditado em 29 de junho de 2020 entre a Vale S.A. e o FIP Salus, com a interveniência da Casa dos Ventos, a Companhia, sua controladora, e outras partes, para aquisição de 60% ou 100% das ações da Ventos de São Galvão Holding S.A. Com referida manifestação, a Vale iniciará auditoria da sociedade e do projeto, mantendo o direito de exercer ou não a opção de compra até 31 de julho de 2022.